

# **A CARIDADE E A CIDADANIA**

**(Ou como os voluntários são agentes da caridade)**

**Intervenção do presidente no**

**I Encontro da Associação de Voluntários do**

**Hospital Santa Maria Maior de Barcelos**



*Barcelos, 21 de março de 2014*

---

*Federação Nacional de Voluntariado em Saúde*

Meus senhores!

Minhas senhoras!

A todos saúdo e...

Agradeço o simpático convite para estar aqui entre ilustres preletores, convidados e voluntários.

Bem-hajam!

Muito obrigado!

Estou incluído no painel “O Voluntariado e os Novos Modelos de Gestão Hospitalar”.

Não sou da área da saúde nem da gestão. Para além de presidente da Federação Nacional de Voluntariado em Saúde, que represento aqui, sou, por formação académica, Educador Social.

# INTRODUÇÃO

Como sabemos ou calculamos, desde que há gente que há ajuda, entre-ajuda, ação de socorro, misericórdia, caridade, solidariedade e voluntariado.

O voluntariado, não escolhe as pessoas que ajuda, nem os âmbitos em que essas pessoas se encontram, nem em termos de situação, nem em termos de contextos organizacionais.

O voluntariado e o seu exercício, é transversal e acontece nos mais diversos campos de vivência das pessoas e das sociedades. Não escolhe as situações. Atua nas situações.

Também o voluntariado que se desenvolve no campo da saúde, é um conjunto de ações dirigidas às pessoas, realizado por pessoas, com as pessoas e ao serviço das pessoas.

Não ao serviço das Organizações nem de interesses outros que não sejam a promoção de ações visando o desenvolvimento do bem-estar bio psico social cultural e espiritual dos utentes do Sistema Nacional de Saúde, considerando-se este como o conjunto de Entidades Públicas e Privadas não lucrativas (e talvez também lucrativas) Prestadoras de Serviços e de Cuidados de Saúde.

Tenho conhecimento q.b. e consciência da importância e da pertinência do tema "***O Voluntariado e os Novos Modelos de Gestão Hospitalar***", mas, peço desculpa por não seguir, penso eu, a minha intervenção nesse sentido.

Para nós, voluntariado e voluntários do campo da saúde, penso ser de somenos importância o contexto organizacional em que se encontram as situações de enfermidade, de carência ou de vulnerabilidade das pessoas.

Estamos para servir as pessoas.

Apesar de tudo isso, devemos dar uma atenção especial ao aspeto da presença e da relação entre Organizações para a prestação dos melhores serviços e cuidados de saúde às pessoas, em ambiente de eficiência e eficácia, que satisfaça os intervenientes, pessoais e organizacionais, sobretudo os utentes ou clientes.

## OS MODELOS DE GESTÃO

A opção pelos diversos modelos de gestão da saúde em Portugal por um lado, e dos hospitais por outro, relaciona-se quase umbilicalmente com as várias e sucessivas, e citando Célia Reis, ***“reformas da administração pública, e com o debate em torno das funções do Estado (...) temas que têm constado na agenda do setor da saúde fundamentalmente pelas repercussões que podem ter na gestão e na organização dos sistemas de saúde*** (Harfourche, 2008)”.

Em Portugal, o movimento de ***“crescente envolvimento do Estado nas tarefas da saúde inicia-se na primeira metade do século passado, com a aprovação do pacote legislativo conhecido por Reforma de Ricardo Jorge que investiu o Estado do papel de “autoridade de saúde”, ao atribuir-lhe a responsabilidade de garantir a proteção e a preservação da saúde pública*** (Sakellarides et al., 2005)”.

“A ação do Estado, de progressivo intervencionismo na saúde, volta a ser reforçada em 1946, aquando da promulgação da Lei de Bases de Organização Hospitalar.

Em 1971, é encetado um novo processo reformista dos serviços de saúde, conhecido na literatura por Reforma da Saúde e Assistência ou por ***“Reforma de Gonçalves Ferreira”*** que, segundo Reis (1999), conferiu ao Estado uma capacidade assinalável de intervenção no setor da saúde, exercida ainda que de forma incipiente.

Já em plena fase de democratização política e social do país, o sistema de saúde português volta a conhecer uma nova viragem que conferiu ao Estado o papel de garante dos cuidados de saúde a toda a população de forma gratuita, assumindo simultaneamente o papel de prestador de cuidados de saúde e de financiador desses mesmos cuidados. O direito à

saúde foi constitucionalmente consagrado através da “**criação de um Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito**”, o qual veio a ser regulamentado em 1979, aquando da instituição da Lei de Bases da Saúde (LBS).

Na década de setenta, o Estado Social Europeu começa a dar sinais de fragilidade, pondo cobro ao período de franco crescimento económico registado nas décadas precedentes e de rápida expansão dos sistemas de proteção social na Europa.

Assiste-se então à “**emergência de novas formas de governação que valorizarão o papel do mercado e da concorrência. De facto, no tradicional paradigma dos serviços públicos, o Estado e todo o setor público, entendido como gastador e gerador de ineficiência, passa a ser alvo de enormes «pressões para deixar de desenvolver algumas atividades que vinha assumindo ou, no mínimo, para introduzir na sua atividade novos modelos de gestão alegadamente inspirados na cultura das empresas privadas e na sua gestão»** (Reis, 2004: 124)”.

Ainda continuando a citar Célia Reis, “**no âmbito dos hospitais cuja construção foi diretamente realizada pelo Estado, é possível identificar (...) quatro regimes jurídicos hospitalares diferentes, com regras de gestão também diferentes.**

**Os Hospitais SPA – Setor Público Administrativo (de 1988 à atualidade), o Hospital Amadora – Sintra, em que o modelo de gestão combina um mix de regras e soluções de gestão privada com gestão pública (INA, 2002), o Hospitais SA – Sociedade Anónima (de 2003 a 2005), e os Hospitais EPE - Entidade Pública Empresarial (de 2006 à atualidade) ”.**

Desde Janeiro de 2009 que a **HPP Saúde** é responsável pela gestão do Hospital de Cascais, em regime de **Parceria Público-Privada** (PPP). É o

primeiro hospital do Serviço Nacional de Saúde a ser concessionado e construído neste regime, que contempla a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração da unidade hospitalar.

A HPP Saúde e o Estado, manifestam acreditar que ***“a conjugação de interesses e investimentos público e privado no sector da Saúde é uma das formas de promover e assegurar os cuidados e a prestação de serviços a todos os cidadãos, com a eficiência e a qualidade que caracterizam a gestão privada de unidades hospitalares públicas”***.

Diferentes modelos de gestão, dizia eu, devem supor diferentes, inteligentes e adaptadas formas de parceria e colaboração entre as Organizações de Voluntariado e, nomeadamente, as Unidades de Saúde, sobretudo as que constituem o Serviço Nacional de Saúde.

Dada a autonomia das Organizações, sejam elas, Hospitais, Centros Hospitalares, ACES, e outras do SNS, ou sejam as Organizações Promotoras de Voluntariado e de Enquadramento e Representação de Voluntários, temos todos, creio eu, em cada contexto concreto e considerando o que se encontra disposto em Estatutos ou Regulamentos, de encontrar a melhor forma de entendimento e organização individual e mútua, com vista ao sucesso, construindo parcerias firmes e duradouras.

## A CARIDADE E A CIDADANIA

### “Ou como os voluntários são agentes da caridade”

Gostaria agora de partilhar convosco, o que por estes dias escrevi a propósito do voluntariado e a sua relação com a caridade e a cidadania, e, claro, com o voluntariado.

Por estes dias li uma peça jornalística – entrevista, publicada num Órgão da Comunicação Social de grande tiragem em Portugal, em que a pessoa entrevistada – distinta personalidade com responsabilidades no voluntariado, em âmbito nacional, afirmou a certa altura que **“estamos a evoluir da caridade para o voluntariado”**. Fiquei muito sensibilizado com a afirmação.

Como se sabe, o texto escrito não é audível enquanto tal e só comunica por palavras e pela pontuação. Por isso parece-me difícil intentar qualquer leitura, por exemplo sobre qual teria sido a intenção da afirmação, considerando-se que não raras vezes se alude à caridade como algo menor ou mesmo com sentido depreciativo. Na peça a que faço referência, tal não me parece que tenha acontecido, pelo conhecimento que tenho acerca da pessoa entrevistada.

Independentemente das práticas, das vontades e da história, parece-me que caridade “casa” muito bem com voluntariado, e muito mais ainda com cidadania. Talvez também case com solidariedade, mas parece-me que mais com cidadania, tenho quase a certeza. E não podemos nem devemos, nem querer omitir nem negar as nossas raízes judaico-cristãs, que são o ar que respiramos e o espírito que nos anima.

Segundo a Wikipédia, **“Caridade é um [sentimento](#) ou uma [ação altruísta](#) de ajuda a alguém sem busca de qualquer [recompensa](#).”**



***A prática da caridade é notável indicadora de elevação moral e uma das práticas que mais caracterizam a essência boa do ser humano, sendo, em alguns casos, chamada de ajuda humanitária”.***

Por outras palavras (que são as minhas), a caridade poderá ser a concretização ou o comportamento, impelidos a partir de atitude amorosa que formata cada pessoa, mesmo não explicitamente crente em alguma divindade. É parte de nós – pessoas. Está em nós. E se cultivarmos essa predisposição interior e a consequente prática para o serviço ao outro, aos outros - à comunidade, esse conceito ou concretização, que muito se quer apelidar seja do que for, mas que por mais voltas que se deem, é e será sempre: a caridade.

Assistimos hoje ao uso de certos eufemismos claramente mais light, que não comprometem e pretensamente não estarão assim não enraizados na nossa história.

Hoje, entende-se por exemplo a solidariedade. Como a ***“adesão circunstancial a uma causa ou empreendimento (diga-se social) de outros”***.

Hoje é fácil ser solidário. É mais in ser solidário que ser caridoso. Por vezes até mais comercial e lucrativo.

O termo ***“solidariedade”*** está mesmo a ficar desprestigiado diante do abuso do discurso político e do chamado marketing social.

São sinais dos tempos.

A caridade é muito mais do que alguma vez alguém possa imaginar. Se por um lado é uma característica que não se pode apagar, por outro, é um compromisso que cada pessoa em si mesma e face aos outros – à comunidade, faz acontecer em si e assume.

A caridade é um dom gratuito, que se recebe, que se incorpora e se dá. Essa gratuidade faz com que quem serve, o faça sem esperar qualquer tipo de recompensa, nem mesmo em outra situação existencial que não a material.

A caridade acontece no seio da disponibilidade interior e prática, disponibilidade essa que nos faz estar atentos, de alerta ou de atalaia aos sinais, às necessidades e às carências objetivas, digamos, oportunidades de servir.

A caridade exercita-se em contexto de responsabilidade. Não só responsabilidade pessoal mas também coletiva – a das organizações. Não é ajuda que se presta sem competência mas no sentido do bem bem feito e que satisfaça.

A caridade é convergente e comunga dos conceitos pessoais mas também comunitários, queridos e assumidos, e acontece em âmbito e no sentido da comunhão, comunhão essa que dá força e vivifica, pessoal e comunitariamente.

A prática da caridade, quer ela tenha origem pessoal, quer na comunidade, ela é sempre promotora de desenvolvimento pessoal e social, e traz consigo mais-valias humanas e espirituais que marcam indelevelmente.

A caridade é amor, e a sua vivência, sendo uma relação de amor, também é e promove o entrosamento e o engajamento dos seus agentes e destinatários, criando assim verdadeiras redes sociais e humanas que dificilmente serão desfeitas porque criadas em amor.

Mas a caridade também é solidariedade. ***“O direito romano expressava, primitivamente, a obrigação comunitária, ou seja, as responsabilidades que o indivíduo tinha em relação a uma***

*coletividade à qual pertencia e de cuja manutenção era beneficiário, como a família. Assim, a solidariedade social subentende, a princípio, a ideia de que seus praticantes se sintam integrantes de uma mesma comunidade e, portanto, se sintam interdependentes”.*

Então, e a cidadania?

Segundo a Wikipédia, a cidadania *“é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive”*. Tem portanto a ver com os cidadãos – as pessoas, em contexto de sociedade, claramente mais visível em democracias.

Segundo o conceito, o ambiente de cidadania pode definir-se como a prática continuada dos direitos e dos deveres dos cidadãos e da sociedade civil, com o objetivo do bem comum.

Cidadania ativa significa, antes de mais nada, o envolvimento ativo dos cidadãos na participação na vida das suas comunidades e, dessa forma, na democracia, no que respeita à atividade e tomadas de decisão. As atividades de voluntariado são uma expressão de cidadania ativa. No entanto, a participação cívica ativa não se esgota na prática do voluntariado.

A iniciativa da prática do voluntariado, tem lugar nos cidadãos – as pessoas, que interiorizam que têm o dever de contribuir para o bem-estar e para a felicidade das outras pessoas e da sociedade, e se comprometem nisso mesmo. Essa prática não dispensa a responsabilidade, a disponibilidade, a gratuidade e a convergência de conceitos e de práticas. É na prestação de um serviço ou de um cuidado, em que todos os intervenientes se sentem satisfeitos, nomeadamente os beneficiários, que devemos “medir” os impactos e a validade positiva do voluntariado.

Mas que têm a ver, voluntariado e cidadania, com caridade?

Talvez não seja eu a melhor fonte de saber de modo a dar a explicação mais acertada sobre o assunto. Mas o que sinto é que quando nos referimos a cidadãos, não estamos a referir-nos apenas a indivíduos contáveis, mas a pessoas, não a seres desumanizados mas a seres humanos, seres de algum modo superiores dotados de dignidade que devemos e queremos considerar e que amamos. Porque é aí e por aí, que o amor faz sentido e a caridade acontece.

É interessante o percurso histórico e cultural que a sociedade e a humanidade têm feito ao longo dos tempos, que levam a que por exemplo, a que hoje as pessoas sejam cidadãos e que o contexto humano e societário em que existem, vai incorporando valores e conceitos como o amor, a fraternidade e a compaixão.

Assim sim. Continua a fazer sentido realizar a caridade com tudo o que isso possa implicar. A caridade não é conceito estéril e bolorento. Continua a ser um espírito e uma prática que anima e dá força, que visa o bem-estar e a felicidade das pessoas e da sociedade.

À cidadania, chamar-lhe-ia eu, a nova caridade. Não que desta, haja uma velha e uma nova. Mas sempre a mesma, mas com outro rosto, outros rostos e outras dimensões, talvez com mais autenticidade e verdade, e mais disseminada.

Se a prática ativa da cidadania pode passar pela prática do voluntariado e não se esgota aí, então por maioria de razão, o voluntariado é, a meu ver, a prática da caridade. Sim, caridade “casa” muito bem com voluntariado e com cidadania.

Os voluntários, essa multidão que ninguém ainda conseguiu contar, acabam por ser nos tempos que são os de hoje, os grandes agentes da caridade e da cidadania. Mormente no campo da saúde, são eles – os

voluntários, também grandes obreiros do contributo para o bem-estar e para a qualidade de vida e dos cuidados nas Unidades de Saúde e fora delas, não realizando o que não lhes compete mas o que é o seu múnus.

Muitos são os utentes dos Serviços, familiares e outros, para quem a presença mais amiga, mais fraterna e mais amorosa para com eles, é precisamente a dos voluntários e das voluntárias, quais anjos de bata amarela (e de outras cores).

Segundo a peça a que aludi, a personalidade entrevistada afirmou que ***“o voluntariado não pode substituir postos de trabalho. E isso acontece, por vezes. Quando se fazem inspeções, verifica-se isso. Não nos compete fiscalizar, mas temos notícia que isso acontece. O voluntariado é para acrescentar, não é para ocupar o posto de trabalho de ninguém. Há um grande risco e é preciso estar muito atento. Não somos nós que fazemos a fiscalização, é a Segurança Social, e é preciso que fique muito claro que um voluntário é um voluntário, não é um trabalhador da empresa”***.

Na sua singularidade, informalidade mas com responsabilidade, competência e sentido do dever, aí estão os voluntários da saúde, sempre solícitos para atender às necessidades e carências reveladas, quais agentes do amor e da caridade fraterna.

Bem-hajam todos os voluntários do campo da saúde!

Mas inda não terminei.

## **A FEDERAÇÃO NACIONAL DE VOLUNTARIADO EM SAÚDE**

Deixem-me agora falar um pouco sobre a Federação Nacional de Voluntariado em Saúde.

Consideramos que a origem da Federação Nacional de Voluntariado em Saúde – FNVS, se pode situar em maio de 1992, aquando da realização em Lisboa, de um Encontro de Ligas de Amigos de Voluntariado Hospitalar, promovido e convocado pela então Direção-geral dos Hospitais / Ministério da Saúde.

Num segundo tempo, em 2003, quando cerca de 30 Organizações de Voluntariado em Saúde se reúnem a 19 de julho no Porto e a 28 de novembro em Fátima, onde é registada a afirmação de que “*o Voluntariado em Saúde não está representado na Comissão de Saúde / Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, porque não se encontra organizado em uma Federação*” e se dão os primeiros passos no sentido da formalização da ideia em Personalidade Jurídica, com o envolvimento e a liderança da presidência da Comissão Nacional da Pastoral da Saúde e da Responsável do Departamento do Voluntariado em Saúde da mesma Comissão, Dra. Maria Teresa Salgado de Moraes, simultaneamente, presidente da Associação do Voluntariado do Hospital de S. João – Porto.

Num terceiro tempo, em 2005 e 2006, quando na Comissão para o Voluntariado no Domínio da Saúde / Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, é evidenciada a importância da representatividade do setor do Voluntariado Hospitalar na dita Comissão, e em que a presença do referido setor do Voluntariado Hospitalar naquela, por escolha, era assegurada pela, já citada, Dra. Maria Teresa Salgado de Moraes, e por quem a secundou na presidência da Associação do Voluntariado do

Hospital de S. João – Porto. Ainda neste período, foram aprovados naquela Comissão e por unanimidade, os Estatutos da Federação, e entregue a liderança do processo em ordem à legalização, à já referida Associação do Voluntariado do Hospital de S. João – Porto, que conduziu, até 2007, à inscrição no Registo Nacional das Pessoas Coletivas, à celebração da Escritura de Constituição, à formação da Comissão Instaladora, e à realização do primeiro ato eleitoral a 26 de maio de 2008.

A vinte e um de maio de 2007, celebrou-se então a escritura de constituição, com onze Organizações fundadoras, tendo o pedido de admissão da denominação, sido apresentado no Registo Nacional das Pessoas Coletivas, a 14 de fevereiro imediatamente anterior; e os Estatutos publicados na edição do Diário da República – 2.ª Série – N.º 245 de 20 de dezembro do mesmo ano.

A Federação Nacional de Voluntariado em Saúde – FNVS, tem a missão de integrar, representar, promover o quadro de valores comuns, preservar a identidade e o voluntariado, e defender os interesses, das Organizações Promotoras de Voluntariado em Saúde e das Organizações Representativas de Voluntários do Campo da Saúde, suas associadas, com domicílio fiscal em Portugal; e desenvolver e alargar a base de apoio social no que concerne à mobilização para o Voluntariado em Saúde e à melhoria dos serviços que se prestam aos beneficiários, com envolvimento da comunidade.

Atualmente, a FNVS integra 46 Organizações de Voluntariado e de Voluntários do Campo da Saúde, (correspondendo a cerca de 54.410 membros e 9.840 voluntários de ação direta), estabelecidas em todos os distritos de Portugal continental, menos um, e na Região Autónoma dos Açores.

A FNVS presta às associadas, os Serviços de Consultoria Jurídica, em Contabilidade e Fiscalidade, e em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Serviços de Seguros de Acidentes Pessoais para Voluntários, para Dirigentes Voluntários e para participantes de Atividades; e ministra Ações de Formação para qualificação de voluntários e de gestores de voluntariado, tendo para o efeito, uma Bolsa de Formadores, constituída.

A APVS – Agência Portuguesa para o Voluntariado em Saúde, é um serviço da FNVS para a relação com os cidadãos e com as instituições que funciona on-line, e permite a obtenção de informação, a realização de candidaturas, a consultoria, a inscrição em atividades e a obtenção de produtos.

A FNVS tem parcerias firmadas com Entidades públicas e privadas que permitem a realização dos seus objetivos, e os das suas associadas.

O Voluntariado no Campo da Saúde em Portugal, encontra-se organizado e agregado a diferentes Organizações da Sociedade Civil, a Bancos ou Agências de Voluntariado ou a Unidades de Saúde.

O Voluntariado em Saúde protagonizado pelo setor integrado na FNVS, é também uma ação de cidadania ativa e de solidariedade, a favor de outros cidadãos que se encontram em situações de carência, de desfavor ou de debilidade, em virtude da presença de alguma enfermidade ou simplesmente utilização dos serviços das Unidades de Saúde.

É um voluntariado sério, organizado, estruturado e vocacionado principalmente para a humanização dos serviços, dos cuidados e das pessoas.

É um voluntariado de pessoas, para pessoas e com as pessoas, sempre de ajuda a pessoas, que contribui para o desenvolvimento pessoal e social.



É um voluntariado que prima pelo respeito pessoal e pelo sigilo de situações e de dados.

É um voluntariado onde se respeitam os direitos dos voluntários e dos beneficiários.

É um voluntariado onde se promove a autonomia dos beneficiários e as obrigações dos voluntários.

É um voluntariado exigente, ao nível da continuada disponibilidade para servir, da entrega incondicional, e da prestação livre mas responsável.

É um voluntariado que promove e contribui para a qualidade dos serviços e dos cuidados que se prestam nas Unidades de Saúde, e que visa a satisfação dos intervenientes, especialmente os utentes, sendo por isso uma mais-valia no campo da saúde.

A Federação está em [www.voluntariadoemsaude.org](http://www.voluntariadoemsaude.org) e em <http://voluntariadonocampodasaude.blogspot.com>.

Hoje, a Federação encontra-se filiada na Confederação Portuguesa do Voluntariado, ocupando lugar de secretário na Mesa da Assembleia-geral, é membro do CLASP – Conselho Local de Ação Social do Porto, e parceira do Centro Europe Direct do Porto.

## CONCLUSÃO

A terminar!

Hoje, há quem afirme que o voluntariado já não interessa. Que o voluntariado foi uma moda que já passou. Mesmo politicamente, vemos que anda morno o ambiente à volta do voluntariado. Estará em banho-maria?

Hoje, ouve-se falar mais em empreendedorismo social que voluntariado. Mais empreendimento individual ou mais empreendimento coletivo e comunitário?

Que se passa?

Será outro sinal dos tempos? Não sei.

Acredito que o voluntariado não é uma moda. É um conceito, um espírito e uma atitude de vida, é algo que se estranha e entranha. É um vírus que se apanha e não se larga.

Acredito que o voluntariado é a atualização da caridade. Recordemos a história do Samaritano.

Voltando ao início, quando e onde houver pessoas, há voluntariado. Este é válido em todos os tempos e em todos os lugares. Mesmo no campo da saúde.

É isso mesmo. Mesmo no campo da saúde, apesar dos avanços e dos desenvolvimentos técnicos e científicos. Apesar das muitas Comissões Especializadas e de Humanização, o voluntariado, ou melhor a ação voluntária, disponível, gratuita e competente mas organizada e dirigida tecnicamente, sempre pronta a acolher e ajudar quem se encontra em situação de vulnerabilidade, está para além da entrega empenhada dos

profissionais das Unidades de Saúde, complementa-os e contribui para o bem-estar, para a felicidade e para o sucesso e a qualidade dos Serviços e Cuidados Prestados.

A existência de voluntariado organizado numa Unidade de Saúde, pode ser um indicador de boa gestão, independentemente do Modelo em prática.

Os voluntários no campo da saúde, animados de espírito, vontade e força, são, quais anjos de bata amarela, uma riqueza inestimável que deve ser querida e apoiada.

A postura de ***“dar a vida pelos irmãos”*** e a atuação que é pedida e nos formata a nós voluntários do campo da saúde, emana não só da nossa qualidade de cidadãos ativos e conscientes das responsabilidades que aportamos enquanto tal face aos outros, mas também porque somos gente de fé, animados por um espírito que em nós vivifica, nos transforma e envia no sentido da doação solícita, disponível, gratuita e com um grande sentido de humanidade, logo, em direção à humanização dos serviços, dos cuidados e das relações interpessoais nos Equipamentos onde atuamos e onde se realizam Serviços e Cuidados de Saúde.

E agora a terminar de verdade, e citando o Papa Francisco, deixemo-nos contagiar pelo espírito, por aquele espírito que verdadeiramente nos ensina ***“a olhar sempre para o outro com misericórdia e amor, sobretudo para quem sofre, para quem tem necessidade de ajuda”***.

Senhores voluntários e voluntárias!

Bem-hajam! Bem-hajam a todos!

Obrigado

João António Pereira